LEI MUNICIPAL Nº 133/2.001

ESTABELECE O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, INSTITUI O RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS, ESTABELECE O PLANO DE PAGAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALMIRANTE FRANCISCO GOMES, Prefeito Municipal de GAÚCHA DO NORTE, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º. Esta Lei estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, cria o respectivo Quadro de cargos e Funções dispõe sobre o regime de trabalho e forma de pagamento, de acordo com as Diretrizes Federais do Ensino Público e as características próprias do Município.

Art. 2º. Aplica-se aos **membros do magistério** Municipal o Regime Jurídico dos demais servidores, estabelecidos em Lei Municipal, respeitadas as características **próprias e especiais** do cargo de professor e de Especialista em Educação do Magistério Municipal, especialmente as contidas nesta Lei.

TÍTULO II DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO CAPÍTULO I PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 3º. A carreira do magistério tem como **princípios basilares**:

I - É condição essencial para o exercício do magistério a **habilitação** profissional que deve ser demonstrada através da comprovação da titulação específica.

II - **Valorização profissional**, com cursos, treinamentos, simpósios e similares, compatíveis com a dignidade merecida da Profissão e o permanente e necessário aperfeiçoamento incentivado pelo Municipalidade.

III - **Piso salarial** Profissional, definido nesta Lei, condizente com o mercado, a dignidade da profissão e a base econômica municipal;

IV - Progressão na Carreira mediante **promoções** baseadas no tempo de serviço e no merecimento, com critérios de aperfeiçoamento propiciados pela administração municipal ou decorrente de iniciativa do próprio membro do magistério;

V - **Período reservado a estudos, a planejamento** e avaliação, incluída na carga horária de trabalho, segundo o plano anual de aulas e segundo as diretrizes internas da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

CAPÍTULO II DO ENSINO

Art. 4º. Compete ao Município oferecer a educação infantil em creches e pré -escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitindo a educação infantil de modo atuante, abrangente e eficiente, tendo também permissão de atuação em outros níveis de ensino, todavia somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos apropriados para tal engajamento.

Art. 5º. Constituem inicialmente a **Rede Municipal de Ensino** as instituições de ensino fundamental e de educação infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DA CARREIRA SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 6º. O conjunto de cargos de professor e na área de Supervisão e Orientação Escolar, por **Especialistas em Educação** que constituem assim a base da carreira do Magistério, estruturada na forma desta Lei, com acesso sucessivo de classe a classe, com níveis de habilitação definidos de acordo com a formação pessoal do membro do magistério.

Parágrafo único. Considera-se:

I - **Professor** o membro do magistério com habilitação específica para o exercício das atividades docentes, inclusive educação infantil e classes especiais, com atribuições próprias do cargo para o seu livre desempenho.

II - **Especialista em Educação** - o membro do magistério, **efetivo**, com habilitação específica para o exercício de atividades técnico-científicas ou de assessoramento, nas áreas de Supervisão Escolar, Orientação escolar e de pedagogia, e que tenha pelo menos dois anos de experiência comprovada na área.

III – **Supervisor Especialista Pedagógico**, o servidor público com habilitação específica, que atue como **cargo em comissão** no Município, e que tenha pelo menos dois anos de experiência comprovada na área.

IV – **Diretores Escolares**, aqueles servidores municipais, escolhidos por eleição ou por indicação do chefe do Executivo Municipal, encarregados de comandarem as escolas públicas municipais.

Art. 7º. Para efeitos desta Lei, considera-se **cargo** a definição própria, contida no Regime Jurídico dos Servidores, qual seja o conjunto de atividades, atribuições e responsabilidades incumbidas, no caso específico ao membro do magistério, mantidas e respeitadas as características próprias, o número certo e a retribuição pecuniária padronizada.

SEÇÃO II DA PROMOÇÃO FUNCIONAL DE CLASSE

Art. 8º. A **Promoção Funcional de Classe** constitui a linha de promoção dos membros efetivos do magistério, **observado o interstício mínimo de três anos em cada caso, mediante progressão funcional**, de uma classe para outra, através de aprovação em processo específico de avaliação de desempenho, segundo critérios estabelecidos em regulamento e as normas previstas no artigo 10, respeitadas as nomeações em cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, para o cargo se Supervisor Especialista Pedagógico.

Parágrafo Único. As classes são designadas por A,B,C,D,E,F,G,H e I, sendo esta última a final de carreira.

Art. 9º. Todo cargo se situa, inicialmente na classe “A” e a ela retorna quando vago.

SEÇÃO III DA PROMOÇÃO

Art. 10. Promoção é a passagem do membro do magistério de uma determinada classe para a imediatamente superior.

Art. 11. As promoções obedecerão aos **critérios do tempo** de exercício mínimo em cada classe que é de três anos, acrescido de **cursos** de atualização e aperfeiçoamento relacionados com sua área de atuação no magistério e que perfaçam no período em que o membro do magistério se encontrar em cada classe, pelo menos, 40 (quarenta) horas de duração anuais, e ainda a comprovação de **boa disciplina** pelo não cometimento de faltas puníveis e o comprovado **merecimento**.

Art. 12. O merecimento para promoção a classe seguinte será avaliado na Secretaria Municipal de Educação, pelo desempenho de forma eficiente, pela assiduidade, pontualidade, eficiência e disciplina, bem como pela realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento, de acordo com o respectivo regulamento a ser editado tecnicamente pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Em princípio, todo servidor tem merecimento para passagem de classe.

Art. 13. O tempo de exercício na classe imediatamente anterior para fins de promoção para o nível seguinte é de no mínimo 04(quatro) anos obedecidos os critérios previstos no regulamento.

§ 1º. A **mudança de classe** e de nível importam numa retribuição pecuniária definida pela tabela constante no art. 28 desta Lei, de acordo com o distanciamento financeiro ali estabelecido.

§ 2º. **Serão considerados como curso** de atualização e aperfeiçoamento, na área de educação, todos aqueles cursos, encontros, seminários, e similares, cujos certificados apresentem conteúdo programático e identificação do órgão expedidor, relacionados à habilitação específica da sua área de ensino.

Art. 14. Fica **automaticamente** prejudicado o merecimento, acarretando a **interrupção** da contagem do tempo de exercício para fins de promoção, **iniciando-se a partir do evento, nova contagem** de tempo, sempre que o servidor membro do magistério :

I - Somar duas penalidades de **advertência** .

II - Sofrer pena de **suspensão** disciplinar, mesmo que convertida em multa.

III – Completar, no período por ano, **três faltas injustificadas** ao serviço.

IV - Somar **dez atrasos** e (ou) saídas antecipadas, por ano, e que estejam devidamente registrados.

V - A não atualização do professor ou membro do magistério, mediante cursos específicos que perfaçam no seu total, pelo menos 40 horas.

Art. 15. Acarretam a **suspensão** da contagem do tempo para fins de promoção, sendo o período de afastamento multiplicado por cinco, em prorrogação ao tempo necessário para a promoção de classe:

I - As **licenças** e afastamentos sem direito a remuneração.

II - As **licença** para tratamento em pessoa da família, no que excederem a **trinta dias**.

III - As licenças para **tratamento de saúde**, no que excederem a **noventa dias**, mesmo que em prorrogação, ou descontinuadas, exceto as decorrentes de acidente em serviço, ou por licença a gestante.

IV – **Quaisquer** outros **afastamentos** não relacionados com a área do magistério.

Parágrafo Único – Nos afastamento estranhos a área do magistério, para cada dia afastado, dez dias serão contados em prorrogação ao prazo para a concessão da promoção de classe.

Art. 16. As promoções terão vigência a partir do primeiro dia do primeiro mês, do exercício financeiro seguinte aquele em que o servidor implementou o direito, apresentar a documentação que comprove a realização dos cursos necessários, preencher os requisitos estabelecidos em lei e no respectivo regulamento, e solicitar a concessão da vantagem.

SEÇÃO IV DOS NÍVEIS

Art. 17. Os Níveis, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, constituem a linha de habilitação dos membros do magistério, como seguem:

NÍVEL I - Habilitação específica em curso de nível médio, com especialização em magistério para o ensino fundamental.

NÍVEL II - Habilitação específica em curso superior, correspondente a licenciatura de graduação plena, em área própria para docência nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, e/ou nas áreas de orientação educacional, supervisão escolar, administração escolar e planejamento da educação.

NÍVEL III - Habilitação em curso de pós-graduação com especialização ou aperfeiçoamento, desde que haja correlação com o curso de licenciatura plena.

§ 1º. Cada NÍVEL desdobra-se em nove (09) classes, de acordo com o previsto nesta Lei e em regulamento.

§ 2º. A passagem de nível dar-se-á em virtude de requerimento, mediante comprovação de nova habilitação e a luz da ilibada conduta do professor que não pode ter sido punido ou advertido no período, observado também o interstício mínimo de 04 (quatro) anos em cada nível, e a comprovação da realização anual de cursos de especialização que tenham jornadas, no seu montante, de no mínimo 40 (quarenta) horas, conforme prevê esta Lei.

CAPÍTULO IV DO APERFEIÇOAMENTO

Art. 18. **Aperfeiçoamento** é o conjunto de procedimentos direcionados pelo **administrador municipal ou por iniciativa** do próprio professor e que visa proporcionar aos membros do magistério a **permanente atualização** e a valorização dos profissionais em educação, para a melhoria da qualidade de ensino, através de programas e cursos previamente estabelecidos pela Secretaria de Educação e Cultura.

§ 1º. O aperfeiçoamento de que trata este artigo serão desenvolvidos através de cursos, congressos, seminários, encontros, simpósios, palestras, treinamentos, semanas de estudo e similares.

§ 2º. O afastamento do membro do magistério para aperfeiçoamento **dependerá de autorização** da autoridade competente, se ocorrido em horário incompatível com sua atividade, conforme as normas previstas no Regime Jurídico relativas ao servidor estudante, sendo **facultado** ao administrador a exigência da **compensação** de horário, nos casos de afastamentos que interfiram no desempenho efetivo do cargo.

§ 3º. Poderá o Município, no interesse público, propiciar ao membro do magistério o custeio nas despesas de cursos e aperfeiçoamentos, em critérios abrangente quando se tratar de curso geral ou seletivos, quando em situações com vagas limitadas, caso em que será oportunizado aos interessados a chance de disputar as vagas oferecidas.

CAPÍTULO V DO RECRUTAMENTO

Art. 19. O **recrutamento** para os cargos de professor da educação infantil, do ensino fundamental, da educação especial e especialista em educação, far-se-á sempre para a classe inicial, mediante concurso público de **provas e títulos**, de acordo com as respectivas habilitações e observadas as normas gerais constantes do regime jurídico dos servidores, nos regulamentos específicos e nos respectivos editais.

Art. 20. Os **concursos públicos** para os cargos de professor serão realizados segundo as áreas e habilitações seguintes:

I - **Área 1** - educação infantil, ensino de 1ª a 4ª série; educação especial, habilitação específica de nível médio, modalidade Normal ou Magistério.

II - **Área II** - Currículo por disciplina, ensino fundamental de 5ª a 8ª série, habilitação específica de grau superior, licenciatura plena.

Parágrafo único. Os concursos públicos para a área II somente serão realizados, quando houver vaga em disciplina para a qual não haja a possibilidade de aproveitamento de professor nos termos do art. 21 e seus parágrafos.

Art. 21. O Professor **concursado e estável**, com habilitação para lecionar em qualquer das áreas referidas no artigo anterior, poderá pedir mudança de área de atuação ou por iniciativa municipal ser transferido de área, , que a critério da administração poderá ou não ser concedida, desde que haja existência de vaga na nova área e que não haja candidato aprovado em concurso para a vaga oferecida.

§ 1º. Havendo mais de um interessado para a mesma vaga terá preferência para a mudança o professor que:

I - Tiver mais tempo de exercício no magistério Municipal.

II - Tiver mais tempo de magistério de modo geral.

§ 2º. É facultada a administração, diante da real necessidade de serviço determinar a mudança de área de atuação de professor.

Art. 22. O regime de trabalho se resultar alterado, deverá ser cumprido e completado onde for necessário, inclusive em mais de um estabelecimento de ensino, a critério da autoridade competente, sem prejuízo da qualidade do ensino, e desde que não apresente prejuízo manifesto ao servidor .

Art. 23. O concurso público para provimento de cargos de Especialista em Educação será realizado em conformidade com as habilitações exigidas para tal atividade, especialmente para as áreas de administração, planejamento, supervisão e orientação educacional.

TÍTULO III DO REGIME DE TRABALHO

Art. 24. O regime normal de trabalho dos membros do Magistério será de 25 horas semanais, sendo desta, 20 horas dedicadas a regência de classe e cinco horas dedicadas para atividades relacionadas ao processo didático pedagógico, para oportunizar ao professor a possibilidade de melhor qualificar seus planos de aulas.

§ 1º. O Professor ou especialista em educação poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar até o máximo de vinte e duas horas semanais, em caráter excepcional e temporário,

para substituição de outros titulares, nos seus impedimentos legais, ou nos casos de designação para o exercício de direção de escola, quando funcionando em dois ou três turnos.

§ 2º. A convocação para trabalhar em regime suplementar será sempre excepcional nos casos de substituição, e só terá lugar, após despacho favorável do Prefeito, em pedido fundamentado do órgão responsável pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade temporária da medida, que não poderá ultrapassar de um ano, com possibilidade, em caso de profunda justificação, de reconvocação por apenas mais um período, não superior a um ano.

§ 3º. Pelo trabalho em regime suplementar o professor perceberá a remuneração equivalente ao padrão e nível básico da carreira em que estiver investido e habilitado.

§ 4º. Não poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar o professor que já estiver em acumulação de cargos, mesmo que em outro órgão público.

§ 5º. Ao professor no exercício das funções de Supervisor Especialista Pedagógico e de Diretor de Unidade Escolar é facultado a opção pela dedicação integral de seu regime de trabalho ou pela dedicação parcial, associado a permanência na regência de classe, conforme o cargo que estiver sendo ocupado.

§ 6º. Ao profissional do Magistério Municipal, no exercício da função de Diretor de Unidade Escolar será atribuído o regime de trabalho de 40 horas, com correspondente aumento de 50% (cinquenta por cento) do vencimento base do cargo de professor, não incorporável para efeitos de aposentadoria e vedando qualquer tipo de acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 7º. Mesmo em acumulação, ou em convocação, o membro do Magistério deve limitar sua jornada de trabalho a norma constitucional de 44 horas semanais.

§ 8º. Fica respeitada a carga horária dos membros do magistério que sejam diferenciados a estabelecida por este plano de Carreira, sendo-lhes facultado optar pelo horário estabelecido nesta Lei e ficando também garantido o Reajustamento Legal nos mesmos moldes dos demais servidores.

TÍTULO IV DAS FÉRIAS

Art. 25. O membro do magistério gozará anualmente de 30 dias de férias remuneradas, com acréscimo de um terço sobre sua remuneração, e período nunca inferior a 45 dias de recesso escolar, dentro do qual, necessariamente estará embutido o período de férias.

§ 1º. As férias do professor coincidirão sempre com o recesso escolar, salvo na absoluta impossibilidade deste evento ocorrer dentro do período do recesso.

§ 2º. Durante o recesso escolar, o membro do magistério poderá ser convocado para atividades relacionadas com o ensino ou para seu próprio aperfeiçoamento em cursos e treinamentos.

§ 3º. Para o primeiro período aquisitivo de férias, considerando o recesso escolar ocorrente nos meses de janeiro e fevereiro da cada ano, o município poderá liberar o professor de modo proporcional aos dias a que tem direito, no período.

TÍTULO V DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

Art. 26. Fica criado o quadro do magistério público municipal, que será constituído de cargos efetivos de professor e de especialistas em educação nas áreas de administração, planejamento, supervisão e orientação educacional, e pelos cargos em comissão de Supervisor Especialista Pedagógico.

Art. 27. Os cargos de provimento efetivo são:

I. Professor - 25 (vinte e cinco) cargos

II. Especialista em Educação Efetivos – 01 (um) cargos

III – Cargo em Comissão de Supervisor Especialista Pedagógico – 01 (um) cargo

§ 1º. – Gratificação de Diretores de Escola – Total de acordo com o número de escolas municipais.

§ 2º. O exercício de Gratificação pela função de Diretor de Escola é privativo de professor do Município ou posto a sua disposição, com a devida habilitação específica.

§ 3º. A gratificação de Diretor de Escola obedecerá os seguintes critérios:

- a) Será de cinquenta por cento do vencimento básico do professor para escolas com mais de 600 alunos;
- b) Será de 40% do vencimento básico do professor para escolas que possuam entre 300 e 599 alunos;
- c) Será de 30%, para escolas que possuam entre 150 e 299 alunos;
- d) Será de 20% para escolas que possuam entre 100 e 149 alunos;
- e) Para os vice-diretores e coordenadores pedagógicos a gratificação de função será de 15% do vencimento básico do professor nomeado;

§ 4º. As atribuições dos cargos criados por esta lei são as que constam no Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

TÍTULO VI DO PLANO DE PAGAMENTO DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 28. Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo do magistério municipal são os constantes nos quadros abaixo relacionados:

I - EM RELAÇÃO A NÍVEIS

NÍVEIS	COEFICIENTES	
I	1,000 – R\$	MEDIO
II	1,1290 - R\$	SUPERIOR
III	1,4516 – R\$	SUP.C/ ESPEC.

II - EM RELAÇÃO A CLASSES

CLASSES	COEFICIENTES
A	1,000 – R\$
B	1,040 – R\$
C	1,085 – R\$
D	1,135 – R\$
E	1,190 -R\$
F	1,250 – R\$
G	1,320 – R\$
H	1,410 - R\$
I	1,500 – R\$

III – De acordo com a Tabela de Remuneração:

NÍVEIS→	I MÉDIO	II SUPERIOR	III SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO
CLASSES			
A	R\$341,00	R\$511,50	R\$579,70
B	R\$354,64	R\$531,96	R\$602,89
C	R\$369,99	R\$554,99	R\$628,98
D	R\$387,04	R\$580,56	R\$657,97
E	R\$405,79	R\$608,69	R\$689,85
F	R\$426,25	R\$639,38	R\$724,63
G	R\$450,12	R\$675,18	R\$765,21
H	R\$480,81	R\$721,22	R\$817,38
I	R\$511,50	R\$767,25	R\$869,55

**TÍTULO VII
DA CONTRATAÇÃO PARA NECESSIDADE TEMPORÁRIA
DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

Art. 29. Consideram-se como de necessidade temporária as contratações que visem a:

I - Substituir professor legal e temporariamente.

II - Suprir a falta de professores aprovados em concurso público.

III- Em caso de força maior ou calamidade pública.

Parágrafo Único : No caso do item III deste artigo, a contratação **temporária e emergencial fica automaticamente autorizada**, excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, até a normalização do problema ou a realização de concurso público, permitida uma única vez a prorrogação.

Art. 30. A contratação a que se refere o inciso I do artigo anterior **somente** poderá ocorrer quando não for possível a convocação de outro professor para trabalhar em regime suplementar, observando o disposto no parágrafo segundo do art. 24, devendo recair sempre que possível, em professor aprovado em concurso público que se encontre na espera de vaga.

Parágrafo Único. O professor concursado que aceitar contrato nos termos deste artigo, **não perderá o direito** a futuro aproveitamento em vaga do plano de carreira , caso esteja aguardando vaga, e nem sofrerá qualquer prejuízo na ordem de classificação.

Art. 31. A contratação de que trata o inciso II do Art. 29, observará as seguintes normas:

I - Será **sempre em caráter suplementar** e a título precário, mediante verificação prévia da falta de professores aprovados em concurso público com habilitação específica para atender as necessidades do ensino;

II - A contratação nos termos do inciso anterior, obriga o município a providenciar na abertura de concurso público no **prazo máximo de 180 dias**, computada a prorrogação, caso permaneça a necessidade.

III - A contratação será sempre que possível precedida de seleção pública e será por prazo determinado de até 180 dias, permitida a prorrogação, por até 180 dias, se verificada a persistência da insuficiência de professores com habilitação de magistério.

IV - Somente poderão ser contratados professores que satisfaçam a instrução mínima exigida para lecionar em caráter suplementar e a título precário. Conforme previsto na legislação federal que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.

Art. 32. As contratações serão pelo regime estatutário, por força de norma constitucional, ficando assegurados os seguintes direitos aos contratados:

I - Regime de trabalho equivalente ao do professor efetivo;

II - Vencimento mensal igual ao valor do padrão básico inicial do professor;

III - Gratificação natalina e férias proporcionais;

IV - Inscrição em sistema oficial de previdência social.

TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33. Poderá ser concedida **licença para qualificação profissional**, com prévia autorização do Prefeito Municipal, mediante parecer favorável do órgão responsável, que consiste no afastamento temporário do professor de suas funções, sem prejuízo de sua remuneração, observada sua efetividade para todos os efeitos legais nos seguintes casos:

I – Para frequência de cursos de atualização, em conformidade com a política educacional e (ou) com o Plano Municipal de Educação.

II – Para frequência de cursos de formação, aperfeiçoamento ou qualificação profissional, ou em nível de pós graduação ou estágio, no país ou exterior, se no interesse da administração.

III – Para participar de congressos, seminários ou encontros de estudos, de natureza técnica ou científica, dentro de sua área de atuação.

IV – É requisito básico para a concessão, o exercício de pelo menos de três anos na função de magistério, que o curso seja também de interesse da política educacional do Município, que haja disponibilidade financeira, e que o tempo utilizado para afastamento se enquadre dentro do período compensável, com serviços junto ao órgão de lotação, em atividades de magistério ou planejamento de ensino, pelo mesmo período do afastamento.

V – O afastamento quando ocorrer será sempre em caráter excepcional e só correrá, desde que não cause prejuízo manifesto a municipalidade, não podendo exceder ao período de **dois** anos.

VI – O servidor peticionará a licença na Secretaria de Educação que aporá seu parecer e o prefeito determinará ou não, por portaria, a licença.

Art. 34. Aplica-se aos membros do magistério as normas dispostas aos servidores em geral previstas, no regime jurídico do Município e especialmente ser-lhe-á permitido:

I – Ter ao seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático e pedagógico, acompanhamento, avaliação periódica, treinamento, cursos de aperfeiçoamento, cursos de atualização, instalações adequadas, liberdade de escolha dentro dos parâmetros de ensino previsto no Município, Ter

acesso a recursos técnicos para publicação de trabalhos e livros didáticos, e demais atividades de interesse comunitário e pedagógico.

Art. 35 – A função de **Diretor** é considerada **eletiva** e deverá recair sempre em integrante do quadro efetivo de membros do magistério, escolhido pela comunidade escolar interessada, permitido-se em casos excepcionais, nomeações provisórias pelo prazo máximo de seis meses, através de nomeação do Prefeito Municipal, prazo em que deverá ser providenciada a respectiva eleição, conforme **dispuser Decreto** neste sentido.

Parágrafo Único – Os casos de exercício de Direção de Escola, garante ao membro do magistério uma gratificação, conforme o estabelecido nesta Lei.

Art. 36 . Ficam extintos todos os cargos efetivos ou funções gratificadas específicas do magistério municipal anteriores a vigência desta lei.

Parágrafo Único - Os atuais integrantes dos cargos extintos por este artigo são aproveitados automaticamente em cargos iguais ou equivalentes, criados por esta lei, sem desligamento ou indenização decorrente da transformação, sendo-lhes garantido a continuidade da contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos legais.

Art. 37 – O servidor efetivo concursado que não puder ser enquadrado, por não possuir a habilitação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, tem o **prazo a partir da entrada em vigor desta lei, de 05 (cinco) anos** para concluir a especialização necessária e ser aproveitado num dos níveis previstos nesta Lei, segundo a habilitação atingida.

Parágrafo único – Durante este período de transição com vista a especialização, é garantido ao servidor a **irredutibilidade de vencimentos** .

- a) A complementação de estudos previstas nesta Lei deverá ser monitorada.
- b) Será oportunizada pelo próprio Município, a partir de condições técnicas e financeiras, através de programas de ensino, estabelecidos pela SMEC.

Art. 38. Os **concursos** realizados ou em andamento para provimento de cargos ou empregos públicos de professores **terão validade** para efeito de aproveitamento dos candidatos em cargos criados por esta Lei.

Art. 39. Os atuais membros do Magistério Municipal e os inativos, terão sua remuneração revista para adequação a esta lei.

§ 1º. O tempo de serviço aproveitável para fins de enquadramento de promoção e de adicional por tempo de serviço será computado em dias, e os dias restantes serão aproveitados para os mesmos efeitos futuros.

§ 3º. O enquadramento para o adicional por tempo de serviço será calculado sobre o valor do vencimento da classe inicial de cada nível, à razão de 2% (dois por cento) ao ano até o limite de 50% de seu vencimento.

Art 40. A permanência, por opção, no regime da CLT, garante aos membros do magistério apenas o direito ao adicional por tempo de serviço obtido até a entrada em vigor desta Lei.

§ 1º. O prazo de opção fica estabelecido em 03 (três) meses a contar da entrada em vigor desta Lei.

Art. 41. Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge, companheiro, filho ou enteado, mediante comprovação médica.

§ 1º. A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo até quinze dias, permitida uma única vez a prorrogação, mediante laudo de junta médica, e sem remuneração para período de até três meses, improrrogáveis.

§ 2º. A licença somente será deferida se a assistência ao doente for indispensável sem que se possa criar meios alternativos para auxiliar no problema, inclusive com a colaboração da assistência social do Município, que deverá expedir laudo de avaliação familiar.

Art. 42. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, aos 21 dias do mês de Dezembro de 2.001

ALMIRANTE FRANCISCO GOMES
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição sintética: Participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica e filosofia educacional do estabelecimento de ensino e do Município; zelar pela aprendizagem dos alunos; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.

b) Descrição analítica: Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, bem como, participar integralmente dos

períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar e participar das atividades de articulação da escola com a família e a comunidade; executar o plano de trabalho elaborado de acordo com a Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela segurança dos alunos, enquanto na escola; quando constatadas necessidades ou carências do aluno, propor o seu encaminhamento aos especialistas para o devido atendimento; e tudo o mais que pertindir.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Carga horária semanal de 22 horas

RECRUTAMENTO: Geral, mediante concurso público de provas e títulos a ser efetuado por área de especialização

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Instrução formal: Habilitação legal para o exercício do cargo
- b) Lotação: Exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição sintética: executar atividades específicas de planejamento, administração, supervisão escolar e orientação educacional no âmbito da rede municipal de ensino.

b) Descrição analítica:

“**ATIVIDADES COMUNS**” – assessorar no planejamento da educação municipal; propor medidas visando ao desenvolvimento dos aspectos qualitativos do ensino; participar de projetos de pesquisa de interesse do ensino; participar na elaboração, execução e avaliação de projetos de treinamento, visando a atualização do Magistério; integrar o colegiado escolar, atuar na escola, detectando aspectos a serem redimensionados, estimulando a participação do corpo docente na identificação de causas e na busca de alternativas e soluções; participar da elaboração da Proposta Pedagógica das Escolas Municipais, do Regimento Escolar e das Grades Curriculares; participar da distribuição das turmas e da organização da carga horária: acompanhar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; participar das atividades de caracterização da clientela escolar; participar da preparação, execução e avaliação de seminários, encontros, palestras e sessões de estudo; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino, prolar pareceres; participar de reuniões técnico-administrativo-pedagógicas na escola e nos demais órgãos da Secretaria Municipal de Educação; integrar grupos de trabalho e comissões; coordenar reuniões específicas; planejar, junto a Direção e professores, a recuperação de alunos; participar no processo de integração família-escola-comunidade; participar da avaliação global da escola; exercer função de diretor, quando nela investido.

“**NA ÁREA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**” – elaborar o Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional, a partir da Proposta Pedagógica das Escolas Municipais; assistir as turmas, realizando entrevistas e aconselhamentos, encaminhando, quando necessário, a outros profissionais; orientar o professor na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, levantando e selecionando em conjunto, alternativas de solução a serem adotadas; promover sondagem de aptidões e interesses, e oportunizar informação profissional; participar da composição, caracterização e acompanhamento das turmas e grupos de alunos; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou indiretamente as escolas; sistematizar as informações coletadas necessárias ao conhecimento global do educando; executar tarefas afins.

“ NA ÁREA DE SUPERVISÃO ESCOLAR” – coordenar a elaboração da Proposta Pedagógica das Escolas Municipais; coordenar a elaboração do Plano Curricular; elaborar o Plano de Ação do Serviço de Supervisão Escolar, a partir da Proposta Pedagógica das Escolas; orientar e supervisionar atividades e diagnósticos, controle e verificação do rendimento escolar; assessorar o trabalho docente quanto a métodos e técnicas de ensino; assessorar a direção na tomada de decisões relativas ao desenvolvimento do Plano Curricular; acompanhar o desenvolvimento do trabalho escolar; elaborar e acompanhar o cronograma das atividades docentes; dinamizar o currículo da escola, colaborando com a direção no processo de ajustamento do trabalho escolar às exigências do meio; coordenar conselhos de classe; analisar o histórico escolar dos alunos com vistas a adaptações, transferências, reingressos e verificação de aprendizado; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou indiretamente as escolas, estimular e assessorar a efetivação de mudanças no ensino; executar tarefas afins.

“ NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR” – assessorar a direção da escola na definição de diretrizes de ação, na aplicação da legislação referente ao ensino e no estabelecimento de alternativas de integração da escola com a comunidade; colaborar com a direção da escola no que for pertinente à sua especialização; assessorar a direção dos órgãos de administração do ensino na operacionalização de planos, programas e projetos; executar tarefas afins.

“ NA ÁREA DO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO” – assessorar na definição de políticas, programas e projetos educacionais; compatibilizar planos, programas e projetos das esferas federal, estadual e municipal; participar da elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos; assessorar na definição de alternativas de ação; executar tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Carga horária semanal de 22 horas

RECRUTAMENTO: Geral, mediante concurso público de provas e títulos a ser efetuado por área de especialização.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Instrução formal: Habilitação legal para o exercício do cargo
- b) Lotação: Exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação

Almirante Francisco Gomes
Prefeito Municipal